

# Partidos disputam cargos em comissões com mais emendas

Lira indicou a líderes do Congresso quer resolver divisão nos próximos dias

Victoria Azevedo e  
Thiago Rzezende

**BRASÍLIA** Na retomada das atividades do Congresso, deputados disputarão até março a divisão das comissões permanentes, colegiados responsáveis por votar temas de cada área. Na Câmara, há 30 delas. As negociações ganharam novo patamar neste ano por causa da decisão do Congresso de dividir R\$ 1 bilhão em emendas entre esses colegiados. Eles têm orçamentos robustos, ainda com o veto do presidente Lula (PT) de R\$ 5,6 bilhões às emendas de comissão dos parlamentares. As emendas são uma forma com que congressistas conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade é atender seus redutos eleitorais, e não exatamente os locais de maior demanda. Na Câmara, lideram o ranking as comissões de Saúde (R\$ 4,5 bilhões), Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (R\$ 3,6 bil), Esporte (R\$ 3,5 bil), Agricultura (R\$ 2,6 bil) e Meio Ambiente (R\$ 2,2 bil). No Senado, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (R\$ 2,4 bil) e a de Constituição e Justiça (R\$ 2,3 bil) estão no topo da lista. Elas são hoje ocupadas pe-

los senadores Marcelo Castro (MDB-PI) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), respectivamente. Já a comissão de Educação e Cultura, presidida pelo senador Flávio Arns (PSB-PR), tem R\$ 799 mil em emendas. Parlamentares afirmam que essas cifras, no entanto, poderão ser alteradas caso o veto de Lula seja revertido ou se o Executivo retomar os valores das emendas de comissão aprovadas pelo Congresso. O Senado não troca atualmente a presidência dos colegiados, diferentemente da Câmara. Castro é aliado de Lula e foi reator do Orçamento do ano passado. Alcolumbre é o presidente do Senado e tem planos de ser novamente eleito para o cargo no próximo ano. Na semana passada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse a líderes partidários que quer resolver a divisão do comando das comissões em breve. Ele indicou que procurará lideranças reservadamente para entender demandas de cada bancada. Segundo participantes da reunião, Lira reforçou que há acordo na repartição dos colegiados que leva em consideração o bloco que lhe ajudou a ser reeleito em 2023. Se não integram o grupo Novo e PSD, de acordo com deputados, a divisão das emendas foi tema de reunião entre os líderes da base do petista na ter-

ça (27). Parlamentares que estiveram no encontro disseram que membros do governo indicaram que é preciso que o Executivo tenha maioria em comissões consideradas estratégicas, para evitar revirões que aconteceram em 2023, como a convocação de ministros. Há preocupação especificamente com CMO (Comissão Mista de Orçamento), CCI (Constituição e Justiça) e de Fiscalização Financeira e Controle, que pode convocar todos os ministros. Há orientação do governo para que nenhuma comissão tenha maioria de oposição, como ocorreu em 2023, por exemplo, com a de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a de Infância, Adolescência e Família. Em 2023, esse último colegiado aprovou projetos como o que proíbe a possibilidade de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. Segundo uma liderança, há uma avaliação de que em 2023 muitas vezes essas comissões com poucos parlamentares da base foram usadas para desgastar o governo federal, e que isso tende a aumentar em ano eleitoral. Por isso, é preciso equilibrar mais as forças internas dos colegiados. A cifra de R\$ 1 bilhão nas comissões é recorde. Essa foi a forma encontrada por con-

gressistas de manter controle dessa fatia do Orçamento após o STF (Supremo Tribunal Federal) extinguir, no fim de 2022, as emendas de relatoria, que funcionaram como a principal moeda de troca em negociações políticas no governo de Jair Bolsonaro (PL). Ainda não há processo detalhado de como essas emendas serão executadas. Líderes que rem que os presidentes de cada colegiado enviem informações diretas para cada ministério responsável por repasse ou aprovação da obra. Por isso, a posição de comando das comissões ganhou mais peso. Nos bastidores, há divergências sobre acordo firmado no ano passado entre líderes da Câmara que previa a divisão dos partidos com maiores bancadas no comando de duas comissões estratégicas: a CCI, por onde tramitam todos os projetos da Casa, e a CMO, responsável pela elaboração do Orçamento federal. Apesar de ter sido R\$ 1 bilhão em emendas neste ano, a CCI da Câmara é considerada a principal em relação ao processo legislativo por ser porta de entrada dos mais relevantes projetos e emendas. As comissões são distribuídas de acordo com o tamanho das bancadas, com os maiores partidos tendo preferência na sequência da escolha. Em 2023, o PL (maior ban-

da) abriu mão de comandar a CCI (que foi presidida por um petista) com simulação de que um membro da legenda estaria à frente dela em 2024. Desde dezembro, no entanto, Lira sinalizou a interlocutores que não havia acordo para que o PL comandasse a CCI agora, o que gerou insatisfação na sigla. Segundo relatos, há dois entendimentos sobre o acordo: ou PL e PT comandam CCI e CMO neste ano, respectivamente, ou nenhum deles terá direito a esses colegiados. No segundo cenário, União Brasil e PP pleiteiam o comando. Parlamentares, porém, dizem que as duas siglas são do mesmo bloco partidário e, por isso, não devem comandar as duas principais comissões. Apesar dos orçamentos robustos neste ano, há uma avaliação entre parlamentares que as comissões perderam relevância legislativa nos últimos anos. Isso porque cada vez mais matérias são analisadas diretamente em plenário, com aprovação de pedidos de urgência, que fazem com que os projetos não precisem passar por discussões nos colegiados. Por outro lado, partidos costumam ter interesse em presidir determinadas comissões para tentar blindar aliados ou desgastar a imagem do Executivo, por meio, por exemplo, da convocação de ministros. PDT, PSB e PSD, por exemplo, têm indicado nos bastidores o desejo de presidir comissões ligadas à atuação de ministros das legendas. O PT, por sua vez, tem sinalizado o interesse nas de Segurança Pública, Relações Exteriores, Educação e Saúde, caso não fique com a presidência da CMO. A bancada evangélica quer tentar comissões co-

## PEC que aumenta a isenção a igrejas avança na Câmara

**BRASÍLIA** Uma comissão da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (27) o relatório da PEC (proposta de emenda à Constituição) que amplia a imunidade tributária a igrejas, que passam a pagar menos impostos. O deputado federal Fernando Máximo (União Brasil-RO), apresentador do relatório, aprovada em votação simbólica e por unanimidade. A proposta agora segue para o plenário da Câmara. Governistas sinalizaram apoio ao texto, em mais uma tentativa de aproximação do presidente Lula (PT) com evangélicos, segmentos que majoritariamente apoiou Jair Bolsonaro (PL) na corrida presidencial de 2022. O texto isenta de impostos entidades de qualquer religião e suas organizações assistenciais e beneficentes, como creches, asilos, orfanatos, comunidades terapêuticas, monastérios, seminários e conventos. O patre foi apresentado em sessão da comissão especial da Câmara que analisa a matéria, instalada em novembro. Máximo retirou o trecho que incluíria partidos políticos e sindicatos na lista de setores isentos. O projeto havia sido aprovado em setembro passado na CCI (Comissão de Constituição e Justiça). A aprovação sempre que nenhuma resistência foi um aceno do governo à bancada evangélica. De autoria do deputado Marcelo Crivella (República-RR), a proposta amplia os benefícios tributários de partidos políticos e templos religiosos, que já são isentos de pagar uma série de impostos, mas relacionados às atividades finalísticas dessas entidades. A PEC trata só dos templos e amplia a isenção a serviços prestados, atividades relacionadas a crescimento de patrimônio e até a produtos. Por exemplo, caso uma entidade deseje construir uma nova igreja, pode ser isenta de pagar imposto sobre cimento. "Construir, reformar e restaurar. Muitas igrejas precisam fazer isso hoje em dia. Depois que comprovamos o que foi feito [a obra, por exemplo], recebe o imposto de volta. Mas só depois", disse Crivella. Também poderá ter isenção de IPTU sobre o terreno, mesmo se alugado. O avanço da proposta ocorre num momento em que o governo tenta se aproximar do setor evangélico. Em janeiro, o Palácio do Planalto decidiu criar uma comissão para redigir uma medida que suspendeu a ampliação de isenção tributária a pastores. O ano pré-evangélico tinha sido editado pela gestão de Bolsonaro em 2022, um mês antes do início da campanha eleitoral. Em janeiro, a Receita Federal suspendeu os efeitos da medida, o que gerou uma nova crise entre Lula e os parlamentares do núcleo religioso. Crivella disse que a PEC não solucionaria esse questionamento, que precisaria ser resolvida por decreto do governo. Além disso, após a declaração de Lula com ações de Israel na Faixa de Gaza ao Holocausto nazista, líderes evangélicos mais próximos ao governo federal avaliaram que ele tem cometido erros em meio criando barreiras a sua decisão de se aproximar do segmento. VA e TR



Discussão e votação de propostas legislativas em comissão da Câmara que discute imunidade tributária. Divulgação/União Brasil

## Ramagem fica em colegiado de inteligência mesmo sendo investigado por 'Abin paralela'

Thaís Oliveira

**BRASÍLIA** Mesmo sendo um dos principais alvos da investigação que mira a chamada "Abin Paralela", o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RR) não enfrenta pressão para deixar a comissão do Congresso Nacional que fiscaliza as atividades de inteligência. Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o governo Jair Bolsonaro (PL) não investiga o deputado, suspeito de que a agência tenha espionado pessoas legalmente para o então presidente e seus filhos. A casa e o gabinete dele na Câmara foram alvo de buscas policiais e apreensão da PT em janeiro.

Mesmo com Ramagem na mira da PT, integrantes da CCAI (Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência) afirmam que ele deve continuar na comissão. Com o membro, ele tem acesso a todas as informações sigilosas recebidas pelo colegiado e participa de sessões fechadas. Até parlamentares da base do governo Lula (PT) dizem que o colega bolsonarista não perdeu nenhuma das prerrogativas do cargo. No entanto, não poderia sair da CCAI por opção ou decisão judicial. O Congresso não quer expor o parlamentarismo e afirmam que uma das formas de intimidar o político é através de investigações. Parlamentares do núcleo bolsonarista lembram, por exemplo, da ação contra o senador Marcos do Val (Podemos-ES) no ano passado. O senador deixou a CPI do 8 de janeiro. Colegas de do Val ressaltam que, mais de oito meses após a ação autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, ainda não se sabe o que há contra ele. Desde que foi eleito, Ramagem procurou dar sua versão dos fatos aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo relatos, Lira sugeriu que Ramagem buscasse se explicar por meio da imprensa sobre as acusações. Pacheco perguntou ao deputado se

havia algum monitoramento ilegal — o que ele nega — e lhe deu um bom sorte. Ramagem prestou depoimento à PF nesta terça (27), em Brasília. O deputado achava que ele teria de prestar esclarecimentos sobre as investigações da Abin paralela. Ele chegou a se preparar para a entrevista, pretendia reclamar da falha de acesso aos arquivos. O depoimento, porém, era sobre acusações que ele fez contra o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino, ex-ministro da Justiça, durante o PTM que investigou os atos de 8 de janeiro. "Está parecendo que estão querendo usar os parlamentares. Precisamos de medidas

efetivas de proteção das nossas prerrogativas como defesa concreta do Estado democrático de Direito e da nossa representatividade parlamentar aqui dentro desta Casa", disse Ramagem, após o depoimento à PF. A CCAI tem 12 parlamentares. Ramagem foi indicado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), líder da minoria na Câmara no ano passado. A líder atual, Bia Kicis (PL-DF), disse à reportagem que Ramagem não vai atuar como assessoria, que manterá Ramagem na vaga. Mesmo sem pressão dos colegas, deputados e senadores próximos a Ramagem afirmam que ele avalia deixar a CCAI. A Folha disse que sua decisão ainda não foi registrada. Colaboração: César Felício, de Brasília

efetivas de proteção das nossas prerrogativas como defesa concreta do Estado democrático de Direito e da nossa representatividade parlamentar aqui dentro desta Casa", disse Ramagem, após o depoimento à PF. A CCAI tem 12 parlamentares. Ramagem foi indicado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), líder da minoria na Câmara no ano passado. A líder atual, Bia Kicis (PL-DF), disse à reportagem que Ramagem não vai atuar como assessoria, que manterá Ramagem na vaga. Mesmo sem pressão dos colegas, deputados e senadores próximos a Ramagem afirmam que ele avalia deixar a CCAI. A Folha disse que sua decisão ainda não foi registrada. Colaboração: César Felício, de Brasília